



XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE DIREITO
(08/07/2006)

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta.
2. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas finais do próprio caderno de respostas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada, facultando-se, no entanto, a consulta a Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e legislação com notas remissivas. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
5. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de **corretivos** e, na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra "digo"**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
6. O prazo de quatro horas para a elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início, podendo levar o seu caderno de questões.
7. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora sobre as questões da prova.

BOA SORTE!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CAMPINAS - SP

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01 - Quanto ao dano moral:

a) Em determinada ação trabalhista foi reconhecida a existência de acidente de trabalho ou doença profissional. Nesse caso, há necessidade de prova específica para o reconhecimento da existência de dano moral ou este decorre pura e simplesmente do ato ilícito patronal? Fundamente.

b) O dano moral e o dano estético são cumuláveis? Justifique.

c) Para o reconhecimento da existência do assédio sexual na seara trabalhista é indispensável a existência de hierarquia funcional entre o assediante e o assediado? Fundamente.

02 - O Poder Executivo de determinado Município decretou intervenção em hospital particular, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços de saúde prestados à população. Tal procedimento configura sucessão de empregadores? Existe alguma responsabilidade do Município pelas dívidas trabalhistas constituídas durante o período de intervenção? Em caso positivo, qual sua extensão e limite?



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CAMPINAS - SP

03 - Explique as diferenças entre trabalho temporário, terceirização lícita e ilícita. Qual a responsabilidade dos empregadores e tomadores em cada uma. Fundamente.

04 - Quais as principais diferenças entre os contratos de prestação de serviços, empreitada e mandato. Em quais circunstâncias pode ocorrer a resolução de tais contratos por onerosidade excessiva e quais as consequências jurídicas? Fundamente.

05 - Diante de uma colisão de princípios constitucionais, como o julgador deve dirimir o conflito? Justifique.

06 - Quanto à execução:

a) Quando o valor dos bens penhorados não garante integralmente a execução, são cabíveis embargos do executado? Justifique.

b) Na hipótese de penhora em dinheiro, qual o termo inicial de contagem do prazo previsto no art. 1048 do CPC para o ajuizamento dos embargos de terceiro? Fundamente.

c) É possível a penhora de salários no processo trabalhista? Justifique.

07 - A sentença normativa proferida em dissídio coletivo de natureza econômica produz coisa julgada apenas formal ou também material? Explique.